



GT 58. Migrações, Mobilidades e Deslocamentos. As movimentações populacionais na contemporaneidade.

Coordenador(es):

Miriam de Oliveira Santos (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Gláucia de Oliveira Assis (UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina)

Sessão 1

Debatedor/a: Daniel Granada da Silva Ferreira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Catarina Chitolina Zanini (ufsm)

Sessão 3

Debatedor/a: Sidney Antonio da Silva (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Desde 2006, esse GT tem buscado refletir sobre as diferentes dimensões e contextos das mobilidades. No século XXI a chamada "crise migratória", o processo de securitização nas fronteiras, a intensificação dos deslocamentos, ganharam uma relevância e urgência significativas que refletem a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na mobilidade humana. Nesse contexto, homens, mulheres e crianças em movimento categorizados como migrantes, refugiados, deslocados ou pessoas em mobilidade, buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos em busca de melhores condições de vida do que têm na sua região ou país de origem. A proposta deste GT é acolher trabalhos que busquem analisar os processos e políticas migratórias considerando que raça, gênero, classe e outros marcadores impactam na compreensão dos processos, no diálogo intercultural e nas interações com a sociedade de acolhimento. Compreender as interações cotidianas e as lógicas classificatórias que são acionadas em função dos processos migratórios, de como os migrantes são categorizados e das novas configurações societárias contemporâneas. O GT propõe a partir de um diálogo interdisciplinar da Antropologia com outros campos, acentuar as trocas de metodologias e experiências de pesquisa nos estudos migratórios, promovendo um aprofundamento em relação às abordagens habituais e acrescentando novas possibilidades para o enfoque antropológico da questão.

Saúde global, razão humanitária e biolegitimidade: a saúde em contexto de "crise humanitária migratória"

Autoria: Igor de Assis Rodrigues (SUS)

A inquietação disparadora das reflexões em tela inicia-se durante visita de campo às cidades de Boa Vista e Pacaraima (RR), ocasião na qual foi possível realizar visitas guiadas pelos abrigos e postos de fronteira da Operação Acolhida das Forças Armadas Brasileiras. A operação possui caráter de ?ajuda humanitária? para os imigrantes venezuelanos que adentram o Brasil pela fronteira seca em Pacaraima. O cenário de ?crise humanitária? agrega em torno das Forças Armadas diversos órgãos do aparato administrativo e burocrático brasileiro, organizações internacionais humanitárias, ONGs humanitárias e organizações civis de variadas tipologias. A presença de variadas instituições na assistência em saúde global pode ser denominada como multi-institucionalismo, marca contemporânea das ações em saúde presente em diversos contextos, inclusive nos de fluxo migratório intenso. No âmbito da gestão de corpos migrantes, a presença de vários atores não é fenômeno recente, a despeito de sua intensificação com a saúde global. Uma características relevantes nesse



fenômeno para a promoção de ações é a razão humanitária, sentimento de compaixão determinante da legitimidade das políticas e práticas em saúde para diversas populações. Sob esse sentimento moral, os trânsitos e corpos são categorizados e administrados pelo governo humanitário por meio da linguagem da proteção. A economia moral dessas políticas traduz uma compaixão pelo sofrimento individual, na qual o fundamental é a humanidade comum presente no reconhecimento da vida, ou melhor, nas alterações físicas do corpo, processo este chamado de biolegitimidade. Os direitos dos sujeitos são mais bem acessados quando a fisiologia já não se apresenta saudável, valorizando a vida do corpo em padecimento em detrimento das outras dimensões (políticas e subjetivas) da população. Os corpos doentes geridos, que se emparelham com o corpo universal biomédico, sobrepõe outras maneiras de pensar o corpo e o adoecimento, tamponando a diversidade cultural dos grupos acessados pelas intervenções de lógica humanitária. A diferença cultural transfigura-se em meros ornamentos pouco determinantes das intervenções em saúde implementadas sob o pretexto de salvar o corpo doente, a vida humana e razão humanitária englobante na cena terapêutica.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: